

## A Politicidade no Pensamento Tardio de György Lukács

Ester Vaisman e Ronaldo Vielmi Fortes

### **Ester Vaisman**

é professora no Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: emjchasin@uol.com.br

### **Ronaldo Vielmi Fortes**

é pós-doutor em Filosofia pela Universidad de Buenos Aires.

### **Resumo**

O texto ora apresentado, cujo tema confere ênfase à questão da politicidade no pensamento tardio do filósofo húngaro György Lukács – compreendendo o período que vai de 1961 até 1971, ano de seu falecimento – propõe analisar as determinações da política feitas pelo autor particularmente em sua obra *Para uma ontologia do ser social*, procurando elucidar os lineamentos mais gerais de sua compreensão da dimensão da política e destacar as bases teóricas e os fundamentos categoriais de suas reflexões em torno do tema.

### **Palavras-chave**

Lukács, pensamento marxista, politicidade

### **Abstract**

This article is devoted to the question of politicality in the late thoughts of the Hungarian philosopher, György Lukács and covers the period from 1961 to 1971 (the year of his death). It seeks to analyze the political “determinations” of the author, particularly in his work *The Ontology of Social Being*, where an attempt is made to clarify the more general features of his political understanding and highlight the theoretical basis and fundamental categories that underpin his reflections in this area.

### **Keywords**

Lukács, Marxist thought, politicality

Em particular, a última fase da produção filosófica de György Lukács, cuja expressão maior pode ser vislumbrada na obra *Para uma Ontologia do Ser Social*, figura no interior do pensamento marxista como um caso à parte por destoar do núcleo comum pelo qual a obra de Marx foi compreendida ao longo do século XX: por meio dessa obra vem afirmada pela primeira vez a base ontológica das reflexões de Marx. A redescoberta do pensamento marxiano, tal como a compreende Lukács, aparece como uma novidade frente ao multifacetado edifício teórico erguido sobre a base das postulações teóricas de Marx: toma como ponto de partida a afirmação inusitada de que “ninguém se ocupou tanto quanto Marx da ontologia do ser social”. Na compreensão de Lukács o caráter ontológico do pensamento marxiano ficou obscurecido pela rigidez dogmática que contagiou quase todas as correntes do marxismo desde a morte de Lênin. Sob a influência em parte do stalinismo, em parte do predomínio das questões gnosiológicas e até mesmo neopositivistas, tais correntes rechaçaram toda discussão acerca da ontologia, qualificando-a de ideológica, idealista e ou simplesmente metafísica. Na verdade, como o próprio Lukács sugere, esta rigidez nada mais é do que a resultante específica das reflexões lógico-epistemológicas que passaram a dominar o cenário da filosofia a partir do séc. XVII — incluindo aí tanto a ciência burguesa quanto o marxismo em geral —, que combateram de maneira vigorosa “toda tentativa de basear sobre o ser o pensamento filosófico em torno do mundo”, afirmando “como não científica toda pergunta em relação ao ser” (LUKÁCS, 1978: 6). Pouco importam, nesse caso, as profundas diferenças e divergências entre essas vertentes, quer em suas posições políticas, quer na fundamentação de seus princípios filosóficos. Como denominador comum, está a base de suas postulações perspectivas enrijecidas e reduzidas pelos mesmos percalços, na medida em que se encontram encerradas no interior das discussões lógico-gnosiológicas. Críticos de Marx e seus seguidores, juntos em uma mesma seara de discussão filosófica — epistemologia, teoria do conhecimento — ficaram impossibilitados de compreender o cerne estruturador de seu pensamento, articulado sobre um conjunto bem fundamentado de lineamentos ontológicos acerca do ser social.

Sob este aspecto, a última grande obra de Lukács tem o propósito de refutar duas vertentes opostas de pensamento: é uma crítica contumaz das interpretações reducionistas provenientes principalmente do stalinismo e do “epistemologismo” característico do século XX, e, simultaneamente, combate as objeções mais significativas dos adversários de Marx, demonstrando como a incompreensão — e mesmo a recusa — do cerne “ontológico” de suas reflexões é fruto de determinações sociais oriundas da configuração societária do capital<sup>1</sup>.

O combate realizado por Lukács contra a predominância das reflexões lógico-epistemológicas no campo da filosofia e das ciências sociais em geral implica a conciliação da posição teórica com a necessidade prática. Contra o predomínio manipulatório a que se viu reduzida a ciência no mundo do capital, o retorno ao problema ontológico essencial, qual seja, a questão do ser e do destino do homem, aparece como tarefa fundamental.

A construção da ontologia do ser social não é, portanto, decorrência natural dos interesses pessoais do autor, mas uma propositura que põe no centro de suas preocupações a questão da emancipação do homem. A realização dessa tarefa subentende retomar um conjunto de questões, tanto da esfera prática quanto da esfera teórica, para repensá-la sob uma nova perspectiva. Para o pensador húngaro, o cumprimento de tal tarefa pressupõe a retomada do problema da relação entre o campo prático e teórico de maneira crítica no intuito de colocá-la sobre nova base de fundamentação.

A novidade trazida pela análise lukacsiana do ser social coloca problemas importantes do pensamento filosófico em novos patamares, conferindo aos grandes complexos de problemas humanos – como a ideologia, o estranhamento e, por via de consequências, a política – dimensões até então obscurecidas pelo tratamento formal-mecanicista ou gnosiológico-epistêmico característico de grande parte das construções marxistas erigidas ao longo do século XX. No caso da ideologia, por exemplo, Lukács confere tal amplitude à sua determinação, que culmina inclusive com a absorção do tema da politicidade para o seu interior. Em outras palavras, a política para o pensador húngaro constitui uma forma específica de ideologia. Cabe aqui, portanto, elucidar a natureza deste problema no pensamento do último Lukács no intuito de compreender as determinações mais gerais em torno da política no interior da última etapa de seu pensamento.

Lukács se propõe a analisar e desvelar o real sentido do complexo ideologia em Marx, tarefa que o coloca na posição contrária à vasta tradição filosófica e do próprio marxismo, quase sempre fundados em pressupostos gnosiológicos. O desenvolvimento do tema da ideologia em Lukács não está voltado para a elaboração de uma teoria do falso – perfil amplamente assumido nos debates filosóficos mais importantes acerca da questão –, pelo contrário, combatendo exatamente essa perspectiva de caráter gnosiológico, sua análise parte da caracterização da ideologia como veículo de conscientização e prévia-ideação da prática social dos homens. Para o autor “a ideologia é sobretudo a forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social humana consciente e capaz de agir.”(LUKÁCS, 2013: 465). Lukács considera o sentido exato das determinações pensadas por Marx no *Prefácio* de sua obra *Para a crítica da economia política*. A passagem de onde o autor extrai suas considerações corresponde ao momento em que Marx, ao discutir as situações históricas de crise social, comenta o amplo processo de transformação que antecede os processos revolucionários, destacando a dupla dimensão da dinâmica posta em curso nesses casos: material e das “formas ideológicas”. Vale lembrar aqui as palavras de Marx diretamente transcritas pelo pensador húngaro:

A transformação da base econômica altera, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura. Ao considerar tais alterações é necessário sempre distinguir entre a alteração material – que se pode comprovar de maneira cientificamente rigorosa – das condições econômicas de produção, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência deste conflito, levando-o às suas últimas consequências.(Marx, 1971: 9-10)

Segundo Lukács, tais considerações exprimem o cerne da compreensão marxiana do fenômeno da ideologia: de maneira clara demonstram que a questão ideológica não está restrita à dimensão política dos processos de dominação social, muito menos aparece como uma discussão circunscrita aos problemas de ordem gnosiológica. Trata-se de questão bem mais ampla que engloba outras importantes dimensões da sociabilidade, como o direito, a política, a arte, a filosofia, a religião. A ideologia é antes de tudo instrumento para dirimir conflitos surgidos no interior dos processos históricos do

ser social. O que determina se dado conjunto de ideias é ou não ideologia é a sua função social e não o seu caráter de falsidade. Desse modo,

121

a mais pura das verdades objetivas pode ser manejada como meio para dirimir conflitos sociais, ou seja, como ideologia, já que ser ideologia de modo algum constitui uma propriedade social fixa das formações espirituais, sendo, muito antes, por sua essência ontológica, uma função social e não um tipo de ser. (LUKÁCS, 2013: 564)

E o autor conclui de maneira decisiva:

Nem um ponto de vista individualmente verdadeiro ou falso, nem uma hipótese, teoria etc., científica verdadeira ou falsa constituem em si e por si só uma ideologia: eles podem vir a tornar-se uma ideologia, como vimos. Eles podem se converter em ideologia só depois que tiverem se transformado em veículo teórico ou prático para enfrentar e resolver conflitos sociais, sejam estes de maior ou menor amplitude, determinantes dos destinos do mundo ou episódicos. (LUKÁCS, 2013: 467)

A ideologia é entendida como função social, como formações ideais diversas sobre a base das quais os indivíduos organizam suas ações e reações ao mundo como forma de conscientizar e equacionar a resolução dos conflitos de sua práxis social. Rompe-se assim com a ideia da ideologia como conteúdo estático com uma estrutura bem determinada da atividade prática humana, assim como se refuta a ideia da ideologia como atributo específico de elementos fixos da prática social. A ideologia constitui um momento ideal da ação prática dos homens; qualquer reação ou resposta — sejam elas produzidas pela ciência, filosofia, religião, tradição, etc. — construídas pelos indivíduos como forma de atuar sobre os problemas postos pelas situações histórico-sociais, pode se tornar ideologia, quando fornece elementos e condições para conscientizar, orientar e operacionalizar a prática social.

Por via de consequências a “componente determinante central da ideologia”,

assume as formas mais díspares no curso da história, podendo se manifestar como interpretação de tradições, de convicções religiosas, de teorias e métodos científicos etc., que, no entanto, constituem sempre antes de tudo meios de luta; a questão a ser decidida por eles sempre será um “o que fazer?” social, e decisivo para a sua confrontação fática é o conteúdo social do “o que fazer?”; os meios da fundamentação dessa pretensão de condução da práxis social permanecem meios cujo método, cuja constituição etc. sempre depende do *hic et nunc* social do tipo da luta, do tipo de “o que fazer?” contido nele. (LUKÁCS, 2013: 465-6)

A acepção da ideologia em Lukács possui, portanto, um caráter amplo, ultrapassa, vale insistir, os sentidos vulgarmente a ela atribuídos. Ela constitui uma dimensão específica, um atributo real de toda forma humana de existência social.

Evidentemente, a ideologia se manifesta de modo diferenciado no decurso da história, assumindo perfis que refletem de maneira direta o *aqui* e *agora* social, sempre como expressão histórica dos processos vividos pelo ser social. Seria impossível o funcionamento da sociedade se não houvesse meios eficazes de levar os membros da sociedade a seguirem voluntariamente as prescrições necessárias para a sua reprodução; estes meios devem, portanto, ir além das formas meramente punitivas para que estas exigências sejam cumpridas. Cumpre à ideologia a função de ordenar as decisões individuais, de coordená-las em um contexto da vida geral dos homens, no esforço de

esclarecer a cada membro desta sociedade como é preciso e indispensável para a sua própria existência julgar e adequar suas decisões em conformidade aos interesses coletivos. Nas formas superiores da prática social, onde os conflitos entre as classes aparecem como elementos decisivos, a ideologia passa a se manifestar como aparato ideal por meio do qual os indivíduos, imersos em suas classes, enfrentam suas lutas sociais. Nessa manifestação histórica peculiar das sociedades de classes, a ideologia possui um sentido restrito, ou seja, “esta consiste em que os homens tornem-se conscientes e, com a ajuda das ideologias, travem os seus conflitos sociais, cujos fundamentos últimos devem ser procurados no desenvolvimento econômico”(LUKÁCS, 2013: 471).

A discussão levada a termo por Lukács se desdobra abordando temas de grande relevância do fenômeno ideológico, como a política, o direito, a arte, a filosofia. A propósito destas últimas formas ideológicas não podemos nos delongar muito em nossos comentários, porém é importante considerá-las mesmo topicamente, no intuito de destacar a separação “conceitual” apresentada por Lukács. O autor determina o direito e a política como formas *ideológicas específicas*, caracterizando, em contrapartida, a arte e a filosofia como *formas puras de ideologia*. As formas específicas são caracterizadas como aquelas manifestações diretamente voltadas para a ação direta sobre a economia e sobre as estruturas sociais a ela relacionadas; já as formas puras de ideologia, não podem exercer uma ação direta sobre tais dimensões da sociedade, o desdobramento de suas funções próprias somente pode atuar na prática por meio da ação política ou até mesmo do direito.

O que é importante observar em todas as considerações acima explicitadas é o fato de as reflexões lukacsianas não conferirem uma autonomia à dimensão da política, circunscrevendo-a no interior de uma dimensão mais ampla dos complexos do ser social. Não significa isso, de maneira alguma, o rebaixamento ou o testemunho de relevância secundária conferida ao tema, mas a compreensão do devido *locus* da dimensão da política no interior do quadro da dinâmica societária humana.

A política enquanto forma específica de ideologia corresponde àqueles conjuntos de atividades e elaborações ideais por meio das quais os homens tomam consciência e enfrentam os conflitos de toda a sociedade. O campo da política constitui nesses termos o âmbito do conflito, corresponde àquela dimensão da ação social que envolve e atua sobre a totalidade da formação social.

Essas rápidas considerações não são suficientes para a compreensão da amplitude das determinações de Lukács em torno do problema. Para caracterizar devidamente a questão da política em sua obra é necessário lembrar aqui a conotação geral conferida por Lukács a toda atividade humana, qual seja, o pôr teleológico. Para o autor é preciso fazer a distinção entre os pores teleológicos primários e secundários. Na atividade social das práticas superiores da sociedade as ações humanas não visam apenas o pôr em movimento de nexos causais da natureza, mas visam acima de tudo a consciência de outras individualidades. O objetivo é fazer com que os indivíduos assumam em sua prática decisões e comportamentos necessários à obtenção dos resultados almejados. Lukács designará essa ação prática humana cujo alvo prioritário a é consciência dos indivíduos como pôr teleológico secundário. A política, obviamente, faz parte desse campo das ações teleológicas secundárias.

A legalidade nas práticas superiores da sociedade nasce dos próprios atos singulares dos indivíduos, na medida em que as decisões entre alternativas postas pelos indivíduos em suas práticas singulares colocam em movimento outras determinações sociais gerais,

que transcendem a imediatidade de suas decisões, produzindo “outras alternativas de estrutura análoga e fazem surgir séries causais cuja legalidade termina por ir além das intenções contidas nas alternativas” (LUKÁCS, 1995: 618; LUKÁCS, 2013: 346).<sup>2</sup> Uma vez constituída, a totalidade das tendências socialmente atuantes produz uma dinâmica processual que se apresenta diante dos homens como conjunto de nexos causais suscitando problemas para os quais os indivíduos buscam respostas, como forma de criar as condições necessárias à reprodução de suas vidas. Surge a partir dessa dinâmica uma causalidade nos processos sociais de caráter distinto da causalidade natural: trata-se da legalidade tendencial produzida e posta em movimento pelos atos singulares dos indivíduos; esta, por sua vez, retroage sobre a própria malha social e aparece como indutora dos pores teleológicos dos homens — nesse sentido é causalidade social.

Em suma, as tendências mais gerais da economia são determinadas como síntese dos inúmeros pores teleológicos singulares efetivados no processo histórico de desenvolvimento da humanidade. Grife-se aqui ‘singulares’, pois o processo não possui *telos*, um fim último para o qual caminha arrastando consigo as individualidades, ele é fruto dos pores teleológicos singulares assumidos pelos indivíduos que determinam, por suas decisões práticas imediatas, a diretriz do processo, sendo simultaneamente determinados pela totalidade do complexo do ser social desse modo constituída.

Na compreensão de Lukács, a práxis política é um pôr teleológico que modifica o mundo fenomênico, *locus* por excelência do conflito. A ação política movimenta alternativas postas pela essência dos processos sociais, com o claro intuito de transformar essa essência.

O mundo fenomênico onde se desdobra o conflito, movimentando as alternativas postas pela essencialidade social e visando, ao mesmo tempo, a transformação da própria essência. Além disso, a relação essência e fenômeno que Lukács pretende retomar da tradição hegeliana-marxiana no sentido de estabelecer o verdadeiro *tertium datur* na questão da ideologia, evidencia como não existe de um lado, um determinismo mecânico da base material em relação à superestrutura, e, de outro, como as ações humanas não se desenvolvem puramente na base de atos de vontade dos indivíduos singulares, ou reunidos em grupos, mas sim como há uma relação contraditória entre necessidade e possibilidade, onde [os pores teleológicos] de tipo político expressam e remetem exatamente à “obra plasmadora dos homens”. (VAISMAN, 1989: 426-7)

Essa tese implica diretamente o problema a relação dialética entre essência e fenômeno: tanto a essência (legalidade tendencial) como os fenômenos presentes na malha societária provêm da mesma base, encontram-se imbricados um no outro e interagem sob a forma da determinação de reflexão [*Reflexionsbestimmung*]. Os atos individuais, cujo campo de ação é a imediatidade do mundo fenomênico, engendram as tendências legais dos processos econômicos e, simultaneamente, produzem a gama de determinações e acontecimentos particulares características do *hic et nunc* histórico-social. (LUKÁCS, 2013: 491-496)

Em Lukács não há nenhuma inclinação para identificar a essência com a necessidade; tal identificação conferiria às suas determinações um caráter de rígida e absoluta determinação, ideia esta completamente contrária à sua análise da categoria necessidade. Não é possível, a partir da perspectiva lukacsiana, estabelecer a distinção entre essência e fenômeno tomando como referência tão somente a esfera da necessidade, pois,

[a] busca dos conteúdos que os homens na sua práxis podem pôr como fim é determinada — enquanto horizonte — por tal necessidade do desenvolvimento da essência, mais precisamente

enquanto horizonte, enquanto campo de manobra para os pores teleológicos reais nele possíveis, não como determinismo geral, inelutável de todo conteúdo prático. No interior deste campo cada pôr teleológico se apresenta sempre na forma de uma alternativa, que para esse é o único possível, portanto resulta já excluída todas predeterminações, a necessidade da essência assume obrigatoriamente para a prática dos singulares homens a forma da possibilidade. Mas, além disto, vai ainda destacado que os pores, em tal sentido determinado pelo desenvolvimento da essência, não são simples mediações por cujo tramite isto que deve acontecer acontece exatamente em conformidade à necessidade; ao contrário, estes incidem por via direta e indireta sobre decisões concernentes à essência, enquanto contribuem para determinar o como daquele mundo fenomênico, na qual, sem esta encarnação, a essência não poderia mais atingir a sua realidade plena, existente-por-si. E já que, como vimos, esta forma fenomênica é não apenas realidade em geral, mas realidade histórica extremamente concreta, os pores teleológicos assim efetuados agem também sobre o caminho concreto da própria essência. Mas não no sentido que podem fechá-lo, desviá-lo, etc., para sempre, tanto menos pode dar-lhe outro conteúdo. Esses, ao invés, intervindo sobre sua forma fenomênica concreta, dão a este caminho um caráter de desigualdade (pense-se na diversidade entre capitalismo inglês e francês para o qual acenamos mais acima). (LUKÁCS, 1995: 425-6; 2013: 475)

A necessidade está em estreita relação com o campo de possibilidades gerado pela essência, e é precisamente nessa dimensão que as decisões dos homens incidem sobre a essência, determinando-a. A relação entre essência e fenômeno se desdobra sob a forma da determinação recíproca. Desse modo, os pores teleológicos podem influenciar diretamente aqueles nexos próprios da esfera fenomênica e, ao mesmo tempo, desempenhar papel ativo na determinação da essência, não sendo, pois, simples resultado passivo desta.

Com base nestas determinações fundamentais Lukács conclui que

[a] diferença qualitativa decisiva se mostra, portanto, no fato de que o caráter tendencial da legalidade ontologicamente fundada sobre pores humano-teleológicos, sua afirmação como linha de tendência — com inevitáveis oscilações — exprime-se na estrutura geral do “se ... então”. O caráter não teleológico do processo em seu conjunto elucida também esta natureza de “se ... então” da legalidade da essência. Se as suas manifestações fossem aquelas de um processo finalístico direcionado ao próprio acabamento, não poderia haver nem desvios nem vias de desenvolvimento sem saída. (LUKÁCS, 1995: 328; 2013: 368)

A política aparece assim como a prática em última instância dirigida à totalidade social, no entanto, apenas pode agir sobre essa totalidade, sobre as diretrizes tendenciais características dessa totalidade, atuando no plano da imediatidade, onde põe em movimento “o mundo fenomênico social como terreno do ato de mudar, isto é, de conservar ou destruir o existente em cada caso; contudo, a práxis desencadeada desse modo inevitavelmente é acionada de modo mediado também pela essência e visa, de modo igualmente mediado, também à essência” (VAISMAN, 1989: 502-503).

Vale advertir: as considerações de Lukács não incorrem na afirmação de um mero caráter praticista da política, como “puro pragmatismo impensado e desprovido de ideais”, tomando como relevante apenas o êxito prático imediato. Os conteúdos ideológicos da ação política são decisivos, as razões que determinam as ações no campo da política desempenham papel de grande importância. Por meio dessas advertências, Lukács busca fugir do risco de cair no extremo oposto da negação da gnosiologia como base da ideologia, demonstrando como o movimento ideal da atividade política, ou seja, a apreensão ideal dos nexos sociais objetivos da malha processual da sociedade é decisiva

para a dimensão da política. Dois critérios aparecem como fundamentais para toda ação política: a eficácia e duração. (LUKÁCS, 2013: 505-507)

125

Quanto ao primeiro critério, as considerações de Lênin sobre o “elo mais próximo da corrente” ilustram o sentido em que deve ser tomada a eficácia como parâmetro das ações políticas. Com tal ideia Lênin pretendia caracterizar a ação prática no campo da política capaz de incidir sobre um “ponto nodal” das tendências sociais, cuja ação eficaz sobre ele implica um “efeito decisivo” no desdobramento dos processos mais gerais da sociedade. O autor apresenta um exemplo significativo para explicitar sua concepção. Tal exemplo é extraído da própria atividade política de Lênin no contexto da revolução russa. Uma vez diagnosticada a possibilidade objetiva da revolução, a maestria de Lênin consistiu em identificar o “elo da corrente” capaz de atender aos anseios da classe trabalhadora e dos agricultores, colocando a ambos como agentes decisivos nos processos revolucionários da Rússia czarista. O slogan por ele cunhado, “terra e paz”, captura com eficácia os desejos de paz dos trabalhadores e os clamores pela terra por parte dos camponeses. O brilhantismo da percepção leniniana está para além, nos termos de Lukács, das melhores propagandas políticas, pois reconhece o cerne das tendências e possibilidades objetivas de seu tempo, não figurando de modo algum como simples apelo sentimental ou mera motivação emotiva dirigida à consciência de seu povo. É reconhecimento efetivo da realidade, clara compreensão dos nexos a serem postos em movimento para alcançar bases seguras para a concreta transformação de sua sociedade. Tal exemplo demonstra de maneira clara como o critério da eficácia corresponde à dimensão imediata da prática ideológico-política, “aquele que diz como um conflito real, de causas em última instância econômicas, pode ser enfrentado e resolvido por meios políticos” (LUKÁCS, 2013: 506).

A eficácia não significa a mudança imediata da essência — apenas em casos excepcionais isso ocorre —, pelo contrário, essa dificilmente aparece reconhecida de maneira clara no curso concreto de desenvolvimento histórico, sendo somente apreendida em toda amplitude de seus efeitos no curso dos desdobramentos por ela postos em movimento. Tal aspecto nos remete ao segundo critério aqui referido: a duração. A duração como efeito das ações políticas não significa referir a um lapso de tempo específico, compreendido em termos estritamente quantitativos. Tal critério refere-se à consideração dos desdobramentos provocados pelos atos teleológicos, capazes de agir sobre as certas tendências concretas da dinâmica social, gerando repercussões que determinam de maneira significativa o curso do desenvolvimento da essência. Em outras palavras, a duração implica ser capaz de colocar em movimento nexos da malha processual da sociedade provocando uma cadeia de consequências que atuam na manutenção das formas societárias atuais, ou, diante do campo de possibilidades ali existentes, agem transformando e dando novo curso a essa sociabilidade.

Importante perceber em tais considerações a completa ausência de um caráter voluntarista da política em Lukács. Toda ação política implica o reconhecimento — ainda que não se dê de forma plena — e a atuação efetiva sobre nexos sociais objetivos. Não há espaço para a utopia no campo desses atos práticos, pois sua esfera de atuação implica as possibilidades objetivas concretamente postas pela dinâmica social de determinado contexto histórico-social. Nesses termos, toda revolução não é a mera realização de utopias, mas o pôr em movimento de nexos causais presentes na malha social que conduzem as tendências essenciais a um novo rumo e a uma nova orientação.

Para pensar a revolução em Lukács é necessário considerar tanto a maturação objetiva de sua possibilidade de transformação, quanto a maturação subjetiva desse processo. O fator subjetivo nos grandes processos de transformação política tem grande relevância no pensamento lukacsiano. Em seu entendimento, as mudanças por ele provocadas não são de maneira alguma meros efeitos mecânicos postos como desdobramentos necessários dos processos econômicos do desenvolvimento das forças produtivas. Abrem-se assim as portas para a ação transformadora das individualidades, para a práxis “subversiva” dos indivíduos. Sob esse aspecto, como bem adverte Lukács, “a grande lição histórico-mundial das revoluções é que o ser social não se modifica, mas é reiteradamente modificado” (LUKÁCS, 2013: 524). Nesse sentido, ainda que a dinâmica do processo social, por exemplo, o desenvolvimento ocorrido no plano da esfera econômica, possa produzir condições e situações concretamente revolucionárias, não gera de modo algum, de maneira imediata e necessária, o fator subjetivo necessário para a efetiva realização da revolução. Não há em Lukács um determinismo linear na medida em que ressalta que o evoluir histórico-social por meio de suas forças materiais e sociais geram tão somente – e isso não é pouco – condições revolucionárias, mas que somente podem vir a se realizar concretamente através da intervenção direta dos elementos e condições próprias alcançadas pelas subjetividades. O fator subjetivo, tão caro a Lukács no campo de suas reflexões acerca das ações políticas, manifesta-se de maneira mais expressiva por meio do caráter alternativo de toda atividade humana, isto é, apresenta-se sempre como momento de suma importância na medida em que o pôr em ação das atividades humanas depende sempre de decisão do conjunto de indivíduos que atuam diretamente em sua prática social.

Dadas as considerações até então estabelecidas podemos dizer, contra aqueles que acusam a ausência no pensamento de Lukács de reflexões mais ordenadas e precisas em torno da política, que os lineamentos expostos pelo autor em sua Ontologia dão mostras de que a ausência de uma teoria do estado, ou de uma tematização autônoma sobre o “político” enquanto dimensão essencial humana, não são lacunas ou inconsistências de seu pensamento, mas uma nova forma de determinar o território da política no interior da ontologia do ser social.

Tal aspecto se revela de maneira mais clara ainda nas considerações feitas pelo autor acerca do caráter histórico da politicidade. A análise das diferenças entre o desdobramento da política na sociabilidade do capital comparada a formações sociais anteriores elucida o enraizamento da dimensão da politicidade no *hic et nunc* histórico-social:

O capitalismo é a primeira formação econômica, cujo processo de reprodução não possui um vínculo desse tipo com coisas passadas, no qual – pela primeira vez na história – os fins postos pelos pores teleológicos que perfazem a práxis política, segundo o seu teor político, não podem ser direcionados para a restauração de algo passado, mas devem ser direcionados para a instauração de algo futuro. De início, todavia, isso só se dá de acordo com a tendência objetiva – ainda incognoscível. A expressão ideológica propriamente dita também parece querer lograr, também nesse momento, a restauração do estado passado. Todavia, já na fundamentação ideológica de tais pores ganha expressão a consciência falsa que atua neles: pois, na realidade, eles não almejam um retorno a um período de florescimento anterior do seu próprio desenvolvimento social, mas estão voltados para um modo do ser social concebido como “ideal”, cujos traços extraem da tradição e da literatura. Essa já era a condição da ideologia dos movimentos heréticos radicais da Idade Média, sendo assim constituída também a ideologia da grande revolução burguesa dos séculos XVII e XVIII na Inglaterra e na França. O fato de esta última ter sido a primeira a não

extrair o seu modelo da religião, mas da vida terreno-profana da Antiguidade representa um primeiro passo para um modo fenomênico mais próximo da realidade na nova orientação da práxis política. (Outra forma de transição consiste em voltar as costas para a história, a concepção do estar-direcionado para o futuro, como uma realização do reino da razão.) Com efeito, não se pode esquecer que, para o cristianismo dominante na Europa, o passado igualmente figurava como estado ideal, que já desde os mitos gregos de modo algum o futuro, mas o passado vigorava como modelo para a ação no presente — o que certamente não ocorreu independentemente da supremacia tão longa de uma práxis socialmente condicionada, voltada para o reavivamento do passado. O enraizamento profundo de tais mentalidades, mediado socioeconomicamente, tem a propensão de, já no cotidiano, atribuir à origem no passado uma superioridade moral-espiritual perante o meramente feito pela própria pessoa, dar mais crédito ao herdeiro decaído de grandes ancestrais do que ao *self made man*. Embora essa representação seja subvertida a cada dia mais intensamente pelo desenvolvimento econômico, ela ainda existe e atua de muitas maneiras e influencia toda a ideologia a partir da “concepção de mundo” do cotidiano. (LUKÁCS, 2013: 517-8)

127

O caráter histórico da política, a motilidade de sua dinâmica processual, não se revela apenas nos grandes acontecimentos revolucionários da história universal, mesmo ao longo do processo de desdobramento de certas formações sociais, tais transformações podem vir a ocorrer, embora de maneira não tão evidente quanto aquelas que ocorrem nos eventos de radical transformação da sociedade. Diz Lukács:

Naturalmente, essa mudança não se refere apenas à transição de uma formação para a outra. No curso do desenvolvimento de uma formação, parece suceder uma evolução lenta enquanto a estrutura dos conteúdos permanece igual; contudo, essa estabilidade não passa de aparência. Também no âmbito dessas mutações lentas dentro de uma formação podem surgir mudanças do tipo qualitativo na maioria e com muita frequência nos mais importantes momentos da estrutura. Assim, a transformação da estrutura feudal muitas vezes começa, de acordo com a sua forma exterior, como luta no interior do feudalismo, valendo-se de meios preponderantemente feudais, e atinge sua figura genuína só em estágios posteriores; assim, a separação e autonomização capitalista da sociedade burguesa se manifestam primeiramente como realização do *laissez faire*, para posteriormente moldarem um forte intervencionismo estatal — pense-se no *New Deal* —, que, todavia, nada mais tem em comum com modos anteriores de vinculação entre Estado e sociedade etc. Também no caso de tais mudanças qualquer tentativa de sistematização formalista induz a erro. A única maneira de compreender as modificações é de modo concretamente ontológico-social, enquanto momentos determinados do grande processo, cujo conteúdo é formado pelo afastamento da barreira natural, pela crescente socialização da sociedade etc. (LUKÁCS, 2013: 515)

A contraposição entre a efetivação da política no capitalismo assim com as formações sociais anteriores, assim como a demonstração das modificações no seio da própria sociedade do capital, auxiliam a demonstrar o duplo aspecto da dimensão política: por um lado, ela implica sempre a mudança estrutural de cunho socioeconômico da sociedade de uma formação confere novos conteúdos à política, por outro lado, apesar dessas transformações, permanecem inalterados seus princípios ontológicos mais fundamentais. É preciso romper com tais preconceitos, como se existisse alguma política que tenha preservado sem alterações desde o começo até agora os traços decisivos de sua essência ou como se a política fosse simplesmente um momento de cada estrutura

concreta, cuja característica não poderia ser aplicada de maneira alguma a outras estruturas. (LUKÁCS, 2013: 511)

128

A dialética revelada por Lukács entre a universalidade dos princípios de dadas dimensões ontológicas do ser social e seu processo de transformação histórica, é revelada pelas determinações marxianas em torno da “abstração razoável”. Falar em termos gerais dos princípios universais da política impõe a precaução de não universalizar de maneira rígida seus traços essenciais. Antes de tudo, adverte o pensador húngaro, “trata-se de uma abstração, que embora constituída a partir do próprio processo do ser”, não pode ser identificada com o próprio processo. A “política em geral” deve ser compreendida no mesmo sentido analisado por Marx em sua famosa *Introdução de 57*, quando fala da produção em geral como uma “abstração razoável”, em que

os momentos primordiais, ontológicos, do processo, são a estrutura econômica, sua transformação e a continuidade desta. Portanto, essa “abstração razoável” jamais deve ser julgada nem aplicada segundo características abstratas, lógicas etc.; antes, o critério de toda generalização é sempre a continuidade do próprio processo real. (LUKÁCS, 2013: 512)

Em suma, a universalidade dos princípios da política somente pode ser devidamente estabelecida pela análise da realidade sócio-histórica das realizações humanas. Tal como adverte Lukács em várias passagens de sua *Ontologia*, trata-se de um processo de continuidade na descontinuidade, de permanência na mudança. A dimensão política do ser social é sempre processual, sua efetivação acompanha o devir homem do homem, se mantém como atributo essencial do humano, sem que isso implique de maneira necessária a rigidez de suas características essenciais.

As considerações acima feitas nos levam à compreensão de que a análise da questão da politicidade em Lukács não pode de maneira alguma se reduzir às determinações mais gerais das categorias diretamente envolvidas com o tema, mas impõe a reflexão sobre uma série de outros textos e elaborações de Lukács, nos quais a política é tratada em seu devido *locus*, qual seja, o *hic et nunc* dos processos de interação social. A questão se abre, portanto, pelo menos para dois temas complementares de suma importância: primeiro, ao problema a ação prática dos homens na superação dos estranhamentos postos pela sociabilidade do capital; segundo, em grande medida diretamente associado ao primeiro, implica a análise dos textos políticos de Lukács, onde diretamente o autor se volta às considerações das situações histórico-sociais de seu tempo.

O primeiro deles, conforme dissemos, aparece como consequência direta das tematizações levadas a termo por Lukács nas páginas da ontologia, relaciona de maneira direta o problema da ação revolucionária — campo peculiar à política — ao problema da superação dos estranhamentos e da reificação postos pela sociabilidade capitalista. Sem pretender aqui esgotar o problema e mesmo expor de maneira mais detalhada a questão do estranhamento em Lukács, para nossos propósitos basta apresentar os traços mais gerais da caracterização feita pelo autor em sua obra.

Para explicitar tal problema, Lukács refere uma significativa passagem do texto *Teorias da mais valia*, no qual Marx confronta o pensamento de David Ricardo ao do economista francês Sismondi. Esse último, assumindo a típica posição de um anticapitalista romântico, “contrapõe o bem-estar do indivíduo às necessidades do processo social tomado em sua totalidade” [OSS II, 561]. Marx, contra Sismondi, defende o caráter científico do pensamento ricardiano cujo princípio central de sua prospectiva dos processos da

economia é a afirmação da primazia da “produção pela produção”. Citando diretamente o texto marxiano, nosso autor destaca:

129

Não se compreende que esse desenvolvimento das capacidades do gênero “homem”, embora ele aconteça, num primeiro momento, às custas da maioria dos indivíduos humanos e de certas classes de homens, acabará por romper esse antagonismo e coincidir com o desenvolvimento do indivíduo singular, ou seja, que o desenvolvimento superior da individualidade é adquirido mediante um processo histórico em que os indivíduos são sacrificados. (MARX *apud* LUKÁCS, 2013: 580)

Para Lukács, a constatação de Marx demonstra como “o desenvolvimento das forças produtivas provoca diretamente o crescimento das capacidades humanas, mas ao mesmo tempo pode em tal processo sacrificar os indivíduos (assim como classes inteiras)” (MARX *apud* LUKÁCS, 2013: 580). O máximo desenvolvimento das capacidades humanas historicamente efetivado implica consentaneamente a desrealização das individualidades, ou a realização contraditória e estranhada em relação às potencialidades do gênero humano. Em última análise, o estranhamento pode ser descrito como antítese entre o desenvolvimento e potencialização da capacidade e o desenvolvimento da personalidade.

A discussão do estranhamento nos põe frente ao problema da relação entre o indivíduo e o gênero, discutida por Lukács a partir dos conceitos de generidade em-si e generidade para-si. O processo espontâneo de objetivações realizadas pelos homens em suas atividades sociais produz a generidade em-si do homem, generidade esta que se diferencia radicalmente da mera generidade muda característica da esfera da natureza. A formação desta generidade em-si — que pode ser definida como a crescente socialização humana e dos seus processos interativos — não implica o desenvolvimento consentâneo das individualidades, ao contrário, muitas vezes, o desenvolvimento da primeira, do ponto de vista econômico, por exemplo, ocorre em detrimento do processo de humanização dos indivíduos. Em outras palavras, os atos de objetivação criam a possibilidade de suplantarem a generidade muda da natureza, embora tão somente produzam do ponto de vista social a generidade humana em-si. A produção da generidade para-si, que é a superação desta ambiguidade de desenvolvimentos, depende dos atos práticos dos indivíduos assumidos em sua vida cotidiana.

Por meio desses termos bem peculiares, Lukács retoma o problema da passagem do reino da necessidade para o reino da liberdade como início da verdadeira história do devir humano do homem, tal como esboçado em linhas gerais por Marx em *O capital*. É precisamente nesse âmbito de produzir e levar a termo as condições para a efetivação da generidade para-si que se situa o campo das ações políticas revolucionárias para Lukács. São os atos práticos que podem conduzir à efetiva emancipação das individualidades.

Interessante a esse propósito são as considerações delineadas pelo autor na seção final do último capítulo de sua extensa obra, onde procura apontar caminhos práticos para a superação dos estranhamentos. A esse propósito sugere o autor:

Sem a entrega à “causa” de cunho social, por mais insignificante que esta seja, o homem permanece detido no nível de sua particularidade e fica exposto sem defesa a toda tendência de estranhamento. Porém, por mais que a entrega a uma “causa” seja um princípio de elevação acima da sua própria particularidade, ela jamais opera como princípio universal, como em-si abstrato, mas aquilo que ela é capaz de fazer do indivíduo é o resultado de uma dialética duplicada: quão intensa, pura, abnegada etc. é a entrega

do homem à “causa” e simultaneamente (de modo indissociável, apesar de toda a contraditoriedade) o que essa “causa” representa realmente no desenvolvimento social. (LUKÁCS, 2013: 782)

130

É claro que, posta desse modo, a alternativa de uma “causa de cunho social” aparece ainda como uma demarcação genérica, onde o conteúdo dessa causa aparece ainda como indeterminado. O contraponto aqui expresso pelo autor é a necessidade de destacar que a práxis social humana é decisiva na criação das possibilidades de superação de seus próprios estranhamentos. A dedicação a “causas sociais” impõe em certa medida o abandono da restritiva posição de sua particularização, coloca, também em certa medida, o indivíduo em confronto com o próprio gênero. Insistimos aqui na expressão “em certa medida”, pois a constituição dessas causas, seus conteúdos, são elementos-chaves para determinar se essa entrega a uma causa específica poderá mesmo vir a arrancar os indivíduos de sua particularização, ou se, dependendo de seu conteúdo, pode até conduzir esses indivíduos a velhos ou a novos estranhamentos. Basta pensar nesse sentido, o “caso-limite literário” de Dom Quixote, onde a entrega a causas anacrônicas, ultrapassadas pelos novos rumos assumidos pela história, o levam a uma situação trágico-cômica. Para o filósofo húngaro,

quando uma “causa” autenticamente progressista em termos sociais provoca no sujeito uma entrega autêntica, ela atua no sentido de que ele, também enquanto indivíduo, é capaz de estabelecer um vínculo orgânico com as grandes questões do desenvolvimento do gênero humano, mediante o qual — não obstante todos os fenômenos da problemática ética analisáveis aqui — necessariamente também se torna possível tomar um caminho rumo à superação da particularidade. Portanto, nesses movimentos de interação entre pessoa singular e gênero está contido um direcionamento para a supressão do próprio ser estranhado, sem, todavia, excluir o surgimento de novas espécies de estranhamento. Em contraposição, uma causa fundamentalmente retrógrada necessariamente conterà em si tendências de manutenção dos velhos estranhamentos, pois o que ela quer objetivamente é conservar as velhas formas de espoliação e opressão — com ou sem “reformas” correspondentes à sua época. (LUKÁCS, 2013: 784)

No final das contas, Lukács considera como causa social autêntica, aquelas às quais a entrega das pessoas se dirige diretamente a uma “causa” da humanidade. Nesse contexto, para o autor, “o socialismo assume uma posição peculiar nesse complexo de problemas”(LUKÁCS, 2013: 784).

Na medida em que o conhecimento científico da realidade é convertido em princípio da práxis, na medida em que a restauração real do homem a partir de suas deformações socioeconomicamente causadas se torna o objetivo e, desse modo, determina a conduta de vida dos homens que assumem tais objetivos como seus, a tendência de superar a sua própria particularidade — não importando em que medida isso acontece de modo consciente — é mais forte nesses homens do que na média geral. Naturalmente, essa postura não protege nem os homens singulares nem os seus grupos de erros teóricos, de descaminhos morais etc. Contudo, enquanto pelo menos alguns elementos da postura básica em relação à causa ainda assim permanecerem vivos, surgirão formações ideais e comportamentos que, apesar de todos os desvios da imagem correta do socialismo marxiano, restarão humano-socialmente superiores tanto ao irracionalismo burguês como à manipulação burguesa; mais precisamente, serão superiores, vistos da perspectiva do nosso atual problema, sobretudo do ponto de vista da “causa”, mas também quando

considerados a partir do agente humano. (LUKÁCS, 2013: 785)

131

Enquanto o capital fomenta a intensificação da particularização como a suprema realização das individualidades – o individualismo característico das assim chamadas sociedades pós-modernas –, em Lukács a realização efetiva do humano se processa no sentido inverso: o indivíduo é sempre potencialmente mais indivíduo, mais amplo em suas potencialidades quando se aproxima da generidade humana, quando abandona seu “em-si-mesmamento”, sua particularização, e se eleva ao patamar das forças sociais criadas pelo gênero.

As considerações relativas a todo esse problema encontram-se nas páginas da ontologia de Lukács. O Segundo tema complementar acima referido, por sua vez, conduz a outros momentos de sua produção teórica tardia, seus textos políticos; em particular, a um texto de grande relevância escrito simultaneamente à redação da *Ontologia: O processo de democratização*<sup>3</sup>. O texto retrata um

Lukács maduro, cômico dos problemas resultantes das transições tentadas; um Lukács que, voltando-se sobre os textos do próprio Marx, em que as relações da esfera política e a esfera social propriamente ditas são recuperadas em seus devidos loci genéticos, o que possibilitou a Lukács esbarrar na análise da natureza ontológica da política. A tese que sustenta, ou seja, a democratização da vida cotidiana, uma tentativa desesperada, já no fim da vida, de reviver a experiência dos conselhos, que ele próprio experienciou na Hungria de 1919, e, assim reformar o “socialismo então existente”, ao superar e corrigir as deformações introduzidas por Stalin e os stalinistas. (VAISMAN, 2009: 177)

Aqui a temática da politicidade já não se encontra restrita a seus lineamentos mais gerais, mas adentra diretamente ao campo da ação prática, como compreensão e busca de respostas aos grandes problemas de seu tempo, neste caso, voltados diretamente aos dilemas do socialismo real. Importante, portanto, destacar que, à primeira vista, as duas ordens das considerações de Lukács, ou seja, as considerações mais gerais sobre o lugar da política no quadro das atividades do ser social e a ação prática direta característica de seus textos políticos, nunca se separam completamente. Os escritos políticos de Lukács parecem guardar essa caracterização decisiva de buscar a compreensão das possibilidades reais postas pelo campo das manifestações fenomênicas imediatas no intuito de, atuando precisamente nessa imediatidade, buscar os meios para transformar, trazer diretrizes novas às tendências essenciais que ordenam e parametram os desdobramentos da ordem social vigente.

(Recebido para publicação em julho de 2014)

(Reapresentado em setembro de 2014)

(Aprovado para publicação em setembro de 2014)

### Cite este Artigo

VAISMAN, Ester & FORTES, Ronaldo. A politicidade no pensamento tardio de György Lukács. **Revista Estudos Políticos**: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF) e do Núcleo de Estudos em Teoria Política (UFRJ). Rio de Janeiro, Vol. 5, N. 1, pp. 118 – 132, dezembro 2014. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com/>.

### Notas

1. “Se analisássemos bem as constantes teorias dos grupos dirigentes

políticos, militares e econômicos do nosso tempo, descobriremos que esses – conscientemente ou inconscientemente – são determinados por métodos de pensamento neo-positivistas.” (LUKÁCS, 1978: 6)

132

2. Lukács caracteriza este processo como causalidade social: “Todo evento social decorre de pores teleológicos individuais; mas, em si, é de caráter puramente causal. /.../ O processo global da sociedade é um processo causal, que possui suas próprias normatividades, mas não é jamais objetivamente dirigido para a realização de finalidades” (LUKÁCS, 1995)(Ed. Bras. LUKÁCS, 2007)

3. O texto foi publicado pela primeira vez em português na coletânea organizada por José Paulo Netto.

### Referências Bibliográficas

LUKÁCS, G. As bases ontológicas da atividade e do pensamento do homem. In *Temas da ciências humanas*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

\_\_\_\_\_. *Die Ontologischen Grundlagen des menschlichen Denkens und Handelns*. In DANNEMANN, R. et JUNG, W. *Objektive Möglichkeit: Beiträge zu Georg Lukács "Zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins"*. Opladen: Westdeustcher Verlag, 1995..

\_\_\_\_\_. Bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In *O Jovem Marx e outros Escritos de Filosofia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

\_\_\_\_\_. Gyorg Lukács, socialismo e democratização – escritos políticos 1956 -1971. [José Paulo Netto e Carlos Nelson Coutinho (Orgs.) Rio de Janeiro: UFRJ, 2008

\_\_\_\_\_. *Para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. v. 2.

MARX, K. *Zur Kritik der politischen Ökonomie*. WERKE, Berlin: Dietz Verlag, 1971. v. 13.

VAISMAN, E. A ideologia e sua determinação ontológica. *Revista Ensaio*, n. 17/18, 1989.

\_\_\_\_\_. Resenha ao livro: Gyorg Lukács, socialismo e democratização – escritos políticos 1956 -197. [José Paulo Netto e Carlos Nelson Coutinho (Orgs.) *Crítica Marxista*, n. 28, 2009.